



MINISTÉRIO DA FAZENDA

PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO No. 10768/016.946/93-42
ACORDAO NR. 106-07.672

Sessão de : 08 de novembro de 1995

Recurso nº: 00.973 - IRF - EX: DE 1991

Recorrente : MARIA THEREZA BOUTIQUE LTDA.

Recorrida : DRF em RIO DE JANEIRO - RJ

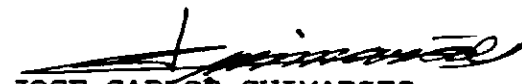
MEMA

OBRIGAÇÃO ACESSORIA - DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA NA FONTE (DIRF) - PRAZO DE ENTREGA - MULTA POR ATRASO - A entrega de DIRF, fora do prazo mas antes de qualquer procedimento fiscal correspondente, sujeita a infrator à multa de 69,20 UFIR por mês - calendário ou fração de atraso, reduzida à metade, por força do disposto no Decreto-Lei nº 1.968/82, art. II, parágrafo 3º, com a redação dada pelo Decreto-lei nº 2.065/83, artigo 10.

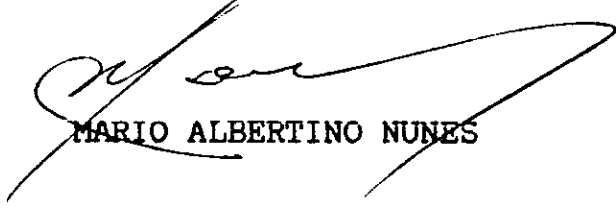
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por MARIA THEREZA BOUTIQUE LTDA.

ACORDAM os Membros da Sexta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em DAR provimento parcial ao recurso, para reduzir a multa aplicada à metade (DL 2.065/83 - art. 10 parágrafo 3º), nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Sala das Sessões, em 08 de novembro de 1995


JOSE CARLOS GUIMARAES

- PRESIDENTE


MARIO ALBERTINO NUNES

- RELATOR

FORMALIZADO EM: 22 AGO 1996



MINISTÉRIO DA FAZENDA

PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

02

PROCESSO No. 10768/016.946/93-42
ACORDAO NR. 106-07.672

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: WILFRIDO AUGUSTO MARQUES, JOSE FRANCISCO PALOPOLI JUNIOR, HENRIQUE ORLANDO MARCONI e MARIA NAZARETH REIS DE MORAIS. Ausente os Conselheiros FERNANDO CORREA DE GUAMA e HENRIQUE ISLEB.

A handwritten signature, possibly of a judge or official, consisting of a stylized 'J' or 'L' shape with a horizontal stroke.



PROCESSO No. 10768/016.946/93-42
ACORDÃO NR. 106-07.672

Recurso nr. 00.973

Recorrente: MARIA THEREZA BOUTIQUE LTDA.

R E L A T Ó R I O

MARIA THEREZA BOUTIQUE LTDA, já qualificada, por seu representante, recorre da decisão da DRF Rio de Janeiro/Centro Sul/RJ de que foi cientificada em 29.03.94 (fls. 29v), através de recurso protocolado em 11.04.94 (fls. 30).

2. Contra a contribuinte foi emitida Notificação de Lançamento (fls. 21) exigindo MULTA POR ATRASO NA ENTREGA DE DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA NA FONTE (DIRF), relativa ao ano-civil de 1992.

2A- A DIRF foi entregue antes de qualquer procedimento fiscal nesse sentido.

3B- A multa aplicada foi 69,20 UFIR ao mês - calendário ou fração.

3. Inconformada, apresenta IMPUGNAÇÃO (fls. 22), rebatendo o lançamento conforme leitura de inteiro teor, que faço em Sessão.

4. A DECISÃO RECORRIDA (fls. 27) mantém integralmente a exigência sob argumento de que o Fisco nada mais fez do que aplicar a legislação vigente, a qual - objetivamente - determina a exigência da multa, n caso de atraso na entrega de DIRF.

5. Regularmente cientificada da decisão, a contribuinte dela recorre, conforme razões de fls.30 e seguintes, onde reedita os termos da Impugnação, aditando sua indignação com os termos da decisão, conforme leitura que faço em Sessão.

h



PROCESSO No. 10768/016.946/93-42

ACORDÃO NR. 106-07.672

V O T O

Conselheiro MARIO ALBERTINO NUNES, Relator.

A exigência de multa por atraso na entrega de Declaração de Imposto de Renda na Fonte (DIRF) foi estabelecida pelo Decreto-lei nº Decreto-Lei nº 1.968/82, juntamente para incluir tal exigência de cumprimento de prazo - via penalização do infrator.

2. O valor da multa, originariamente de 10 (dez) OTN, foi sucessivamente atualizado, pro via legal, face a mudança de indexadores, estando, hoje, em 69,20 UFIR por mês - calendário ou fração de atraso.

3. De ressaltar que a base legal da exigência Decreto-lei nº 1.968/82, art. II, com a redação dada pelo art. 10 do Decreto-lei nº 2.065/83, estabelece no parágrafo 3º, que a multa será reduzida a metade se DIRF - em atraso - tiver sido entregue antes de qualquer procedimento fiscal ou, ainda que tenha havido intimação, se apresentada no prazo desta.

4. Base legal, portanto, existe para a exigência. Embora não tenha sido observada a redução prevista na mesma base legal - eis que a entrega, em atraso, se deu antes de qualquer acionamento fiscal.

5. Casos tem havido em que o contribuinte - inconformado - argumento com base no art. 138 do Código Tributário Nacional (Lei Complementar nº 5.172/66), que a responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea. Para tal contribuinte seria inexigível a multa em questão na medida em que - embora em atraso - apresenta a DIRF antes de qualquer ação fiscalizatória nesse sentido.

6. Argumento também tem sido colocados de que o atraso na



PROCESSO No. 10768/016.946/93-42
ACORDAO NR. 106-07.672

entrega de DIRF não acarreta qualquer prejuízo ao Fisco, pois de tal declaração não decorre pagamento de tributo - o qual decorre da apresentação de DCTF, ou até mesmo independe dela, e que o que importa é o pagamento do tributo e este teria sido pago.

7. A tomar-se como absoluta a disposição contida no art. 138 do CTN, importaria em ser inexigível, por exemplo, a Multa por Atraso na Entrega da Declaração de Imposto de Renda, se o contribuinte a apresentar - fora do prazo - antes de ser acionado pela Fiscalização. No entanto, é pacífica a jurisprudência no sentido de que tal exigência é legítima. Assim, como em tantos outros casos, inclusive na questão do atraso na entrega da DIRF.

8. A rigor, a redução prevista no art. 138 do CTN tem a ver com as penalidades ditas de caráter essencialmente punitivo do ato ilícito de desdobramento limitado ao contribuinte que o comete. É o caso, por exemplo, do contribuinte que informa receita ou rendimento a menor com o objetivo de eximir-se do pagamento do imposto. Seu ato - embora ilícito - não tem qualquer desdobramento na administração do tributo específico. Assim, seu "arrependimento", através da denúncia espontânea, é premiado com a exclusão da penalidade.

9. Diferente é o caso em que o contribuinte, por sua omissão, interfere na administração do tributo. O processamento das Declarações de Rendimentos, quer da Pessoa Física, quer da Pessoa Jurídica, ficam condicionados ao processamento das DIRF, pois há que confirmar umas com as outras. Por isso, são estabelecidos prazos para a apresentação de todas essas declarações. Os atrasos na entrega de qualquer delas implicam em transtornos e embaraços para a administração de tais tributos.

10. A penalização dos retardatários mais que punitiva, é essencialmente de caráter compensatório pelos danos eventualmente provocados à Administração Tributária.

h



PROCESSO No. 10768/016.946/93-42
ACORDÃO NR. 106-07.672

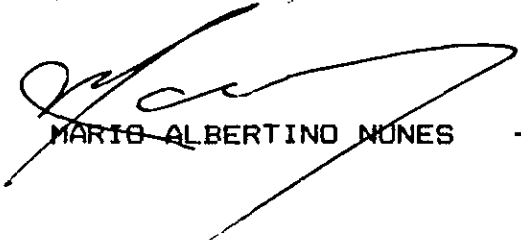
11. Enquanto que, no caso de declaração de rendimento a menor, a declaração espontânea acaba com o dano que a omissão estaria provocando, no caso de atraso na entrega, tal espontaneidade não acaba com os dados que tal atraso causou à Administração Tributária. Daí a diferença de tratamento, "perdoando-se" o primeiro e não se perdoando o segundo.

12. Aliás, a legislação específica acabou por conceder ao contribuinte um "meio-perdão", representado pela redução da multa à metade - o que não foi observado neste lançamento e que implicará em modificá-lo.

13. Entendo, portanto, deva ser reformada a r. decisão recorrida, para reduzir à metade da exigência, nos termos do parágrafo 3º do art. II do Decreto-Lei nº 1.968/82, com a redação dada pelo art. 10 do Decreto-lei nº 2.065/83.

Por todo o exposto e por tudo mais que consta do processo, conheço do recurso, por tempestivo e apresentado na forma da lei, e, no mérito, dou-lhe provimento parcial nos termos do item precedente.

Brasília-DF., 08 de novembro de 1995


MÁRIO ALBERTINO NUNES - RELATOR



Processo nº 10768/016.946/93-42
Acórdão nº 106-07.672

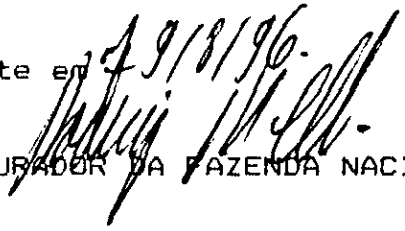
I N T I M A Ç Ã O

Fica o Senhor Procurador da Fazenda Nacional, credenciado junto a este Conselho de Contribuintes, intimado da decisão consubstanciada no Acórdão supra, nos termos do parágrafo 2º, do artigo 4º, do Regimento Interno, com a redação dada pelo artigo 3º, da Portaria Ministerial nº 260, de 24.10.95 (D.O.U. de 30.10.95).

Brasília-DF., em 13 JUN 1996


PRESIDENTE DA SEXTA CAMARA

ciente em

7/8/96.

PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL